

UMA RESENHA TEÓRICA SOBRE O DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO

Pedro Fernando Ferreira de Almeida Nery*

RESUMO: Este artigo faz uma resenha sobre a possibilidade de existência de desemprego involuntário entre várias escolas do pensamento econômico - ortodoxas ou não - e as fontes que levam a esta possibilidade. O conceito é há tempos motivo de controvérsia entre correntes teóricas, e não existe um padrão de consenso nem ao longo do tempo e nem entre escolas próximas.

Palavras-chave: Desemprego. Desemprego involuntário. Economia do trabalho. História do pensamento econômico.

Código JEL: E24; B22.

ABSTRACT: This paper reviews the possibility of existence of involuntary unemployment across the various schools of economic thought – orthodox or not – and the sources of this possibility. The concept is since a long time a reason of controversy between theories, and there isn't a pattern of consensus across time or even between close schools.

Key words: Unemployment. Involuntary unemployment. Labor economics. History of economic thought.

JEL Code: E24; B22.

I INTRODUÇÃO

A possibilidade de existência do desemprego involuntário é, há décadas, um item de divergência entre escolas do pensamento na teoria econômica e assim permanece até os dias atuais. Esta possibilidade frequentemente não é uma

* Mestre em Economia pela UNB. E-mail: pedrofernandonery@hotmail.com

hipótese nos modelos econômicos, mas um resultado que ilustra a rica diferença existente entre eles.

Neste trabalho analisaremos como um grande número de escolas lida com este conceito. O tratamento não foi uniforme ao longo do tempo e varia ainda entre as escolas dentro da ortodoxia e da heterodoxia. O debate também não fica restrito a trabalhos na macroeconomia, pois nas últimas décadas ganhou também abordagens microeconômicas.

Assim, faremos um vasto, porém objetivo panorama das visões teóricas sobre o desemprego involuntário. Começamos com a seção II, que detalha os modelos ortodoxos. Veremos como a possibilidade de desemprego involuntário era um traço marcante do debate entre Keynes e os clássicos e continua hoje, por outras razões, com os descendentes deste debate inicial: os novos clássicos e os novos keynesianos. Damos especial atenção aos modelos novos keynesianos, pela riqueza de modelos que lidam com a questão, como os de salários de eficiência e de *insiders-outsiders*.

A seção III estuda os modelos que podem ser classificados como heterodoxos. Assim como na ortodoxia, existem discordâncias entre as várias escolas e a possibilidade de desemprego involuntário não é uniforme nestes modelos. Marxistas, pós-keynesianos, austríacos e teóricos do desenvolvimento têm suas visões sobre o conceito expostas aqui. O trabalho termina com uma breve conclusão.

II MODELOS ORTODOXOS

2.1 A visão clássica

Embora a macroeconomia moderna só tenha ganhado corpo a partir da década de 30 com John Maynard Keynes e a publicação de seu *Teoria Geral*, o desemprego já era um tema abordado por economistas há tempos. Aqui, por clássicos,

utiliza-se a mesma noção usada por Keynes: não se tratam apenas de Smith, Ricardo e Mill e seus precursores, mas também daqueles diretamente influenciados pela obra de Ricardo, como Marshall e Pigou.

No modelo clássico, estamos diante de algumas hipóteses conhecidas do mercado de concorrência perfeita. Aqui, o mercado de trabalho é tido como outro mercado qualquer. Assim a remuneração do fator trabalho (o salário real) é igual à sua produtividade marginal. A oferta iguala a demanda neste mercado, determinando a quantidade e preço (salário real) de equilíbrio.

Um aspecto fundamental para determinar a visão clássica sobre o desemprego é a sua aceitação da *Lei de Say*. Se toda oferta gera a sua procura e se o mercado de trabalho é um mercado como outro qualquer, a oferta de trabalho também será igual à demanda por trabalho. Dessa forma, as forças de mercado conduziriam o mesmo para o pleno emprego.

Não existindo desemprego involuntário, as formas de desemprego compatíveis com a visão clássica se os mercados estão funcionando são os de aspecto transicional (friccional, estrutural) ou o voluntário. Variáveis que atrapalhassem o funcionamento do mercado, como sindicatos, regulamentações ou a intervenção do governo poderiam gerar desemprego involuntário ao atrapalhar os mecanismos do mercado. Um exemplo tradicional é o do salário mínimo, que se estiver acima do salário de equilíbrio gera um excesso de oferta em relação à demanda: anulando a igualdade anterior e, portanto, gerando o desemprego.

O argumento parece anacrônico, mas veremos que a visão clássica influenciou várias correntes importantes na teoria econômica no século XX e até mesmo sugestões de políticas para diminuir o desemprego (como a desregulamentação do mercado de trabalho).

2.2 A visão de Keynes

É com Keynes que ganha força a noção de desemprego involuntário. Apesar de manter várias hipóteses do modelo clássico, algumas rupturas feitas no modelo por Keynes o levaram a obter conclusões tão diferentes.

Uma primeira ruptura é a ideia de que os salários reais não seriam determinados pelo equilíbrio de oferta e demanda de mão de obra. O equilíbrio no mercado de trabalho determinaria, na verdade, os salários nominais. Para Keynes, os trabalhadores também eram suscetíveis à ilusão monetária e resistiriam às reduções nos salários nominais, mas não nos salários reais. Desta forma, os salários nominais seriam rígidos a baixa.

A flexibilidade dos salários reais e a rigidez do salário nominal não são coerentes com nenhum instrumental da microeconomia. Este foi um dos aspectos que vieram a ser criticados posteriormente na teoria keynesiana e só foi solucionado décadas depois com os modelos novos keynesianos, que veremos mais adiante.

Em Keynes, ao contrário dos clássicos, o desemprego não poderia ser atribuído à falta de flexibilidade nos mercados. Eles sempre estariam se ajustando, porque os trabalhadores não podem fixar preços e, assim, o salário real é flexível. O emprego seria determinado pelo nível de atividade.

Uma das hipóteses que Keynes mantém dos clássicos é a da equivalência entre salário real e produtividade marginal. Um maior nível de atividade (crescimento) está associado a um maior nível de produtividade. Mas como a produtividade marginal é decrescente, um maior nível de atividade também está associado a uma queda do salário real e a um maior nível de emprego.

Assim, se nos clássicos o produto dependia do emprego, é o emprego que depende do produto em Keynes. Essa noção está de acordo com o conhecido resgate que Keynes fez do *Princípio da Demanda Efetiva*. Como a demanda agregada afeta

a atividade econômica, é ela que determina o nível de emprego. O desemprego involuntário surge então por deficiências de demanda.

Dessa forma, o desemprego involuntário existe em Keynes, independente de haver flexibilidade no mercado de trabalho. É o desemprego classificado modernamente como desemprego cíclico, possível de ser atenuado pela intervenção do governo na economia.

2.3 A SÍNTESE NEOCLÁSSICA

Nas décadas seguintes à publicação de *Teoria Geral*, o paradigma dominante em teoria econômica era o da síntese neoclássica. Em relação ao desemprego, as possibilidades enxergadas pela síntese eram, como em outros pontos da macroeconomia, uma mistura das abordagens clássica e keynesiana.

Passou a se dar ênfase tanto a políticas macroeconômicas expansionistas capazes de estimular o emprego, como em mudanças institucionais que aumentassem a flexibilidade do mercado de trabalho.

Em termos teóricos, a síntese aceitava as mesmas hipóteses clássicas que Keynes não rompeu, como as relativas à função de produção, equivalência entre produtividade marginal do trabalho e o salário real. O desemprego – excesso de oferta no mercado trabalho – poderia estar associado no mercado bens a um excesso de oferta (desemprego keynesiano) ou a um excesso de demanda (desemprego clássico).

2.3.1 A taxa natural de desemprego

Os monetaristas ortodoxos da década de 60 trazem o conceito de taxa natural de desemprego, que remete a algumas ideias clássicas. Ela seria a taxa de desemprego de equilíbrio, associada ao pleno emprego, e então se relacionando apenas com o desemprego estrutural e o desemprego friccional, e não

com o desemprego involuntário ou abaixo do pleno emprego. O conceito ganha importância com os trabalhos de Friedman (1968) e Phelps (1968).

Além dos monetaristas, a escola novo clássica também adotou a noção de taxa natural. Grandes diferenças sobre a forma do desemprego só vão aparecer novamente no debate entre os adeptos dos ciclos reais de negócio (RBC) – uma segunda geração da escola novo clássica – e os novos keynesianos.

2.3.2 A visão dos ciclos reais de negócios

A escola dos ciclos reais de negócios (RBC) apareceu no início dos anos 80 como um segundo marco da escola novo clássica, a partir do trabalho de Kydland e Prescott (1982). Os teóricos desta escola retomaram com força o modelo clássico, sofisticando em muito a análise metodológica.

A explicação do ciclo está no lado da oferta. Picos, recessões, vales e recuperações são todos pontos de equilíbrios. Recessões não são desejáveis, mas são respostas ótimas a choques na economia. Não existe falha de mercado: a economia está sempre em equilíbrio.

Grandes flutuações aleatórias na taxa de progresso tecnológico, amplificadas na função de produção, geram flutuações no produto e no emprego, à medida que indivíduos racionais respondem à estrutura de preços alterada, mudando suas decisões de consumo e de oferta de trabalho.¹

Se a economia está sempre em pleno emprego e a escolha de não ofertar trabalho é racional e intencional pelos trabalhadores, não existe desemprego involuntário. Nos modelos RBC, a noção de desemprego cíclico de Keynes não encontra espaço e longos períodos de desemprego são frutos de decisões voluntárias da parte dos trabalhadores.

¹ Ver, entre outros, Long e Plosser (1983), Plosser (1989) e Woodford (2000).

2.3.3 A visão dos novos keynesianos

O instrumental utilizado pelos teóricos do RBC conjugado com o resgate de algumas ideias de Keynes é a base da qual partem os trabalhos novos keynesianos. As possibilidades de desemprego neste arcabouço teórico são mais complexas.

Estes modelos responderam à crítica que sofriam os modelos keynesianos, com a fundamentação micro da rigidez dos salários. É essa rigidez que vai explicar a possibilidade de desemprego involuntário nesta teoria. Ao contrário de Keynes, para os novos keynesianos a rigidez dos salários também pode ser real.

É importante ressaltar que os modelos novos keynesianos compartilham várias hipóteses com os modelos RBC. Desta forma, pode ser útil aqui interpretá-los como sendo “modelos RBC com rigidez”. Ou seja, com desemprego involuntário.

A rigidez nominal foi explicada por Fisher (1977) e Taylor (1980), com a ideia de contratos de longo prazo implícitos ou explícitos. A existência destes tipos de contrato, que escalonariam o reajuste de salários por contratos formais, impediria ajustes imediatos no mercado de trabalho. Já a rigidez real encontra várias justificativas entre os autores novos keynesianos: a existência de várias explicações teóricas que não dialogam tanto entre si é uma característica marcante dos novos keynesianos.

Em todas, porém, a motivação para explicar a rigidez real dos salários é responder as questões: Por que os salários não diminuem na presença de desemprego involuntário? Por que o ajuste em relação à oferta de trabalho se dá tipicamente em quantidades e não nos preços (salário)?

Dois tipos de modelos foram utilizados para explicar a rigidez real dos salários: os de salários de eficiência e os de *insiders-outsiders*.

2.3.4 Salário eficiência

A partir dos anos 80 essa classe de modelos ganha popularidade. Nela, salários altos acima do equilíbrio de mercado podem maximizar o lucro do empregador, porque níveis maiores de produtividade são atingidos.² Quatro tipos diferentes de modelo de salários de eficiência se destacam na literatura e estão dispostos abaixo resumidamente:

- Seleção adversa: Parte-se das hipóteses de que os trabalhadores são heterogêneos e as firmas possuem informação imperfeita a respeito dos candidatos a vagas de emprego. Os custos de demissão não são triviais para o empregador, e por isso é melhor que ele acerte na hora da contratação. O salário mais alto do que o de equilíbrio ajuda a atrair os melhores candidatos e evitar a necessidade de demissão no futuro. Weiss (1980) se destaca nesta abordagem.
- Rotatividade: Aqui, o salário mais alto aumentaria a satisfação com o emprego e diminuiria assim o número de saídas voluntárias. Como a rotatividade é custosa para o empregador, inclusive em termos de perda de capital humano específico, o salário mais alto pode aumentar o seu lucro.
- Perigo moral: Supõe-se que os contratos de trabalho são incompletos e existe elevado grau de discricionariedade em relação ao esforço por parte do trabalhador. São altos os custos de monitoramento e ameaças de demissão podem não ser eficientes. O salário mais alto serviria então para incentivar o desempenho do empregado. Esta abordagem ganha espaço com os trabalhos de Leibenstein (1979) e Shapiro e Stiglitz (1984).
- Justiça: Nessa abordagem mais sociológica, seria uma espécie de senso de justiça por parte do empregador que

² Ver Yellen (1984)

impediria que os salários fossem baixos, abaixo do que ele merecesse ou necessitasse. Akerlof e Yellen (1998, 1990) aparecem como pioneiros.

2.3.5 Insiders-outsiders

Neste tipo de modelo existem dois tipos de agentes: os *outsiders*, desempregados, e os *insiders*: empregados contratados recentemente. Os insiders têm o poder de ditar as regras e influenciar o salário, porque o empregador sabe que são grandes os custos da rotatividade (jurídicos ou de transação, como busca, treinamento, etc.), de modo que desagradar esses agentes seria danoso para a firma se levasse a demissões.³

Existem várias variantes do modelo: um exemplo é o em que a existência de sindicatos aumenta o poder dos *insiders*. A noção comum a todos é que o ganho do *outsider* (o emprego) é a perda do *insider* (salário menor), e os *insiders* são os que têm poder de influenciar o resultado a seu favor.⁴

Dessa forma, tanto os modelos de salário de eficiência quanto os modelos *insider-outsider* explicariam porque os empregadores, em circunstâncias adversas por exemplo, não diminuem o salário em vez de demitir trabalhadores. Fica assim fundamentada microeconomicamente a rigidez real dos salários, que impede o ajuste da economia em relação ao pleno emprego. Este resultado vai de encontro ao resultado dos modelos RBC, e permite a existência teórica do desemprego involuntário.

Note que, em todos os casos, está caracterizada uma falha de coordenação: diminuir todos os salários reais deixariam as firmas em melhor situação, mas não é um ponto de equilíbrio.

³ Ball (1990), Sanfey (1995) e Lindbeck e Snower (2001) revisam estes modelos.

⁴ Modelos de *insider-outsider* explicam outros resultados em Economia do Trabalho. São usualmente tidos também com uma das explicações para o fenômeno da histerese.

Passamos agora a estudar as formas de desemprego em alguns modelos heterodoxos.

III MODELOS HETERODOXOS

Ao contrário do que foi feito com as visões ortodoxas, não podemos colocar as diferentes visões sobre a natureza do desemprego em alguma espécie de ordem cronológica. Isso porque a definição de teoria econômica heterodoxa não é precisa e, em geral, o termo heterodoxia pode abranger um grande leque de correntes que não tem tanto assim em comum além da negação da ortodoxia. Assim, aqui veremos a visão do desemprego para Marx, para os pós-keynesianos, para os austríacos e para alguns teóricos do desenvolvimento econômico.

3.1 A visão de Marx

O desemprego é parte essencial da visão de Marx em *O Capital* sobre a economia capitalista e aparece com o conceito de *exército industrial de reserva*. Assim como existiria uma tendência para o fim da economia capitalista, também haveria uma tendência para a existência de um grande contingente de desempregados. A própria ideia de desemprego seria particular desse modo de produção e não encontraria precedente em outros modos de produção históricos anteriores.

A concorrência entre os capitalistas levaria à busca por maiores taxas de lucro, o que leva a uma crescente acumulação de capital. Decorre desta acumulação um contínuo processo de progresso tecnológico que resulta em tecnologia poupadora de mão de obra e no aumento da chamada “composição orgânica do capital”.

Existe, assim, uma tendência ao aumento do número de desempregados: o exército industrial de reserva. É este “exército” que, empobrecido, vai levar às quedas na taxa de lucro e desempenhar então papel importante no fim do sistema.

Apesar de o arcabouço de Marx ser muito diferente daquele da ortodoxia, é possível dizer, nos termos da análise ortodoxa, que existe não apenas a possibilidade de desemprego involuntário, mas uma tendência natural à sua expansão.

3.2 A visão pós-keynesiana

Os pós-keynesianos são os teóricos heterodoxos que não concordam com a forma que a ortodoxia adotou os ensinamentos do *Teoria Geral*. O resgate que fazem de Keynes é mais amplo e mais forte, inclusive com o apreço pela maneira com que ele rompeu com o paradigma teórico anterior. Assim, os pós-keynesianos discordam da interpretação feita do trabalho de Keynes pelos keynesianos da síntese e pelos novos keynesianos, e tentam se manter fiéis ao “espírito” de seu trabalho.

Segundo Davidson (1998), a teoria de desemprego pós-keynesiana deriva diretamente do *Princípio da Demanda Efetiva*, implicando a existência de uma função de desemprego e não de uma escala de demanda agregada por trabalho conectada com o salário real – que surge de uma forma ou de outra nas diferentes correntes da ortodoxia. Seria este equívoco das teorias ortodoxas que as levariam a concluir que existiriam apenas formas menos importantes de desemprego, como a friccional, e não a involuntária.

Para os pós-keynesianos, em contrapartida, o problema do desemprego seria estrutural. De uma forma geral, como em Keynes, o desemprego involuntário existe quando a economia sofre de insuficiência de demanda e políticas macroeconômicas expansionistas solucionariam o problema.

3.3 A visão austríaca

A escola austríaca é caracterizada pela hibridez em relação à ortodoxia: possuem pontos em comum, mas não estão ligadas de alguma maneira sistemática. Os austríacos são, por exemplo, entusiastas do *laissez-faire*, precursores do

marginalismo e do individualismo, mas rejeitam a neutralidade da moeda e a ênfase dada aos modelos matemáticos.

Apesar dos trabalhos da escola austríaca não serem considerados sempre uniformes, existiria uma similaridade forte na ideia de desemprego entre diferentes autores austríacos. Gunning (1985) explica que todo austríaco definiria implicitamente o desemprego como a ausência de um “compacto” de emprego: um compacto entre o empregador (pretendente residual da produção) e o empregado.

A decisão de entrar ou sair de um compacto depende diretamente do arcabouço austríaco da escolha de trocas, tanto para empregador quanto para empregado. Neste arcabouço, um indivíduo considera que sua força de trabalho pode ser empregada para obter lazer, para produzir bens de consumo próprio ou para trocar seu trabalho por dinheiro (e assim outros bens). Se ele avalia que trabalhar por dinheiro – ou seja, para fazer trocas – é a melhor opção, escolhe entrar em um compacto. As mesmas motivações existem para sair do compacto.

As causas do desemprego seriam assim opostas às causas das escolhas de troca. O desemprego apareceria, primariamente, pelo fato de um empregador não considerar um compacto vantajoso ou de um empregado considerar melhor trabalhar para si ou pelo seu lazer. De uma maneira geral, os austríacos consideram que ambos os casos estão condicionados a flutuações nas “condições” econômicas, termo que designa preferências, recursos e tecnologia.

A escola austríaca, descolada dos debates tradicionais da ortodoxia e heterodoxia, usa uma terminologia às vezes particular. Assim, a demissão de um funcionário que deseja continuar trabalhando geraria um desempregado involuntário no vocabulário que adotamos neste artigo, mas que estaria errado na terminologia austríaca: o rompimento de um compacto por uma das partes não poderia logicamente ser classificado como involuntário.

Superado o problema da terminologia, devemos entender que o debate sobre desemprego se dá na escola austríaca sobre um arcabouço diferente. Trazendo as conclusões dos pensadores austríacos para a análise que fazemos aqui, pode-se considerar que na escola austríaca a possibilidade de desemprego involuntário existe, na forma do rompimento do compacto unilateralmente devido a mudanças nas condições da economia. Essa parece ser uma conclusão contraintuitiva, dado o viés liberal das ideias austríacas e o próprio arcabouço particular com que analisa o desemprego, que parece considerar como normal formas de trabalho não remuneradas e feitas fora do mercado.

3.4 A visão de teorias do desenvolvimento

Alguns trabalhos em teoria do desenvolvimento surgiram por considerar o mercado de trabalho de países subdesenvolvidos marcadamente diferentes daquele dos países desenvolvidos, base para os estudos sobre mercado de trabalho da ortodoxia. Estes trabalhos consideram economias subdesenvolvidas como economias duais, em que coexistiriam um setor moderno e um setor tradicional, com níveis discrepantes de desenvolvimento, tecnologia e outros fatores. Nestes modelos de desenvolvimento, o elo entre os setores se daria pelo mercado de trabalho. Analisemos dois modelos influentes desta literatura.

3.4.1 O modelo de Lewis

O modelo de oferta ilimitada de mão de obra de Lewis (1954) foi o mais influente destes⁵. Nele, um setor capitalista, com tecnologia moderna e maximizador de lucro, existe em contraste com um setor pré-capitalista, com organização e

⁵ Arthur Lewis foi laureado com o Prêmio Nobel em 1979 por sua “pesquisa pioneira em desenvolvimento econômico, com consideração particular para os problemas dos países em desenvolvimento”. “Economic Development with Unlimited Supplies of Labour”, de 1954, é considerado seu trabalho mais importante.

tecnologia tradicionais e de subsistência (não-maximizador de lucro).

No setor pré-capitalista (tradicional, arcaico, agrícola) existe oferta ilimitada de mão de obra, e a produtividade marginal do trabalho tende a zero. No setor capitalista (moderno), a produtividade marginal é substancialmente mais elevada. A dinâmica de maximização de lucro no setor moderno desloca a mão de obra do setor tradicional para o moderno, onde o salário é maior que o nível de subsistência. O processo continua, absorvendo trabalhadores do setor tradicional, até que as produtividades marginais dos dois setores se igualem, eliminando o dualismo.

Na ortodoxia não existe o dualismo: todos os trabalhadores estão em um único setor, equivalente ao setor moderno. Dessa forma, o desemprego involuntário não existe no modelo de Lewis: o setor moderno capta o excedente de força de trabalho do outro setor, e de maneira finita, sem a possibilidade de gerar excedente de mão de obra nele próprio. A figura do desemprego involuntário não aparece no modelo: existe sempre a possibilidade de trabalhar pelo menos no setor tradicional.

3.4.2 O modelo de Harris e Todaro

No modelo desenvolvido por Harris e Todaro (1970) de uma economia dual, a possibilidade de desemprego involuntário aparece, o que parece mais adequado com a realidade observada em países subdesenvolvidos. Uma diferença importante em relação ao modelo de Lewis é que não seriam os diferenciais de renda que causariam a migração, mas os diferenciais de renda esperados. Vejamos como.

A convergência de salários não se verificaria. A queda que deveria ocorrer no salário do setor moderno para acomodar a força de trabalho adicional poderia não ocorrer. Explicações imediatas remetem à existência de salário mínimo ou poder de sindicatos. O migrante toma sua decisão levando em conta duas possibilidades: pode conseguir o emprego no setor moderno, que

lhe daria um salário maior do que o do setor tradicional, ou pode ficar desempregado, vivendo com ainda menos do que vivia antes de migrar. É por isso que são os diferenciais de renda esperados que na verdade causam a migração no modelo de Harris e Todaro.

Note-se que apesar de permitir a existência de uma economia dual, ao contrário das correntes ortodoxas, este modelo necessita de uma hipótese de rigidez dos salários à baixa coerente com essas correntes para explicar a possibilidade de existência de desemprego involuntário⁶.

IV CONCLUSÃO

Nesta resenha analisamos a possibilidade de existência de desemprego involuntário entre várias escolas do pensamento econômico. Ela não existe tanto em modelos ortodoxos quanto heterodoxos, mas, também, encontra respaldo em ambos.

O desemprego involuntário aparece em Keynes a partir de uma de suas rupturas com a escola clássica. A síntese neoclássica preservou fundamentos de ambos, mas as divergências voltam a aparecer no debate entre os adeptos dos ciclos reais de negócios – o segundo marco da escola novo clássica – e os novos keynesianos. Estes últimos percebem a possibilidade ao utilizar uma gama variada de modelos microfundamentados, como os de salários de eficiência e os de *insider-outsider*.

Na heterodoxia, a possibilidade de desemprego involuntário aparece mais vezes, mas nem sempre. Ela não é apenas uma possibilidade, mas uma tendência em Marx e seus seguidores. Também os arcabouços dos pós-keynesianos e dos austríacos – com suas reservas – admitem a possibilidade de

⁶ Dificilmente se trata, portanto, de um trabalho que possa ser classificado como heterodoxo, mas sua disposição nesta seção é mais conveniente para apresentação.

desemprego involuntário. O modelo de Lewis, o mais celebrado modelo de desenvolvimento de economia dual, não permite esta forma de desemprego – mas uma derivação sua feita por Harris e Todaro sim.

REFERÊNCIAS

AKERLOF, G. A. Labour Contracts as Partial Gift Exchange. **Quarterly Journal of Economics**, 97:543-569, 1982.

AKERLOF, G. A.; YELLEN, J. L. Fairness and Unemployment. **American Economic Review**, 78:44-49, 1988.

AKERLOF, G. A.; YELLEN, J. L. The Fair Wage–Effort Hypothesis and Unemployment. **Quarterly Journal of Economics**, 105:255-283, 1990.

BALL, L. Insiders and Outsiders: A Review Essay, **Journal of Monetary Economics**, 26:459-469, 1990.

CLARK, K. B.; SUMMERS, L. H. Labor Market Dynamic and Unemployment: A Reconsideration. **Brookings Papers on Economic Activity** 1: 13-60, 1979.

DAVIDSON, P. Post Keynesian Employment Analysis and the Macroeconomics of OECD Unemployment. **The Economic Journal**, 108:817-831, 1978.

FISCHER, S. Long-Term Contracts, Rational Expectations, and the Optimal Money Supply Rule. **Journal of Political Economy**, 85:191-205, 1977.

FRIEDMAN, M. The Role of Monetary Policy, **American Economic Review**, 58(1):1-17, 1968.

GUNNING, P. Causes of Unemployment: the Austrian Perspective. **History of Political Economy**, 17(2):223-244, 1985.

HARRIS, J. R.; TODARO, M. P. Migration, Unemployment and Development: A Two-Sector Analysis. **American Economic Review**, 60:126-142, 1970.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. São Paulo: Atlas, 1982.

KYDLAND, F. E.; Prescott, E. C. Time to Build and Aggregate Fluctuations. **Econometrica**, 50: 1345-1370, 1982.

LEIBENSTEIN, H. A Branch of Economics Is Missing: Micro–Micro Theory, **Journal of Economic Literature**, XVII:477-502, 1979.

LEWIS, W.A. Economic Development with Unlimited Supplies of

Labour. In AGARWALA, M. N; SINGH, S. P. **The economics of underdevelopment**. Oxford: Oxford Press, 1971.

LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Explanations of Unemployment. **Oxford Review of Economic Policy**, 1: 34-59, 1985.

LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Wage Setting, Unemployment, and Insider–Outsider Relations. **American Economic Review**, 76: 235-239, 1986.

LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Cooperation, Harassment and Involuntary Unemployment: An Insider–Outsider Approach. **American Economic Review**, 78: 167-188, 1988.

LINDBECK, A.; SNOWER, D. J. Insiders versus Outsiders. **Journal of Economic Perspectives**, 15:165-188, 2001.

LONG, J. B.; PLOSSER, C. I. Real Business Cycles. **Journal of Political Economy**, 91: 39-69, 1983.

MARX, K. (1867). **O Capital – Livro I**. São Paulo: Civilização brasileira. 1968.

PHELPS, E. S. Money Wage Dynamics and Labour Market Equilibrium. **Journal of Political Economy**, 76:678-711, 1968.

PLOSSER, C. I. Understanding Real Business Cycles. **Journal of Economic Perspectives**, 3: 51-77, 1989.

SANFEY, P. J. Insiders and Outsiders in Union Models. **Journal of Economic Surveys**, 9:255-284, 1995.

SHAPIRO, C.; STIGLITZ, J. Equilibrium Unemployment as a Worker Discipline Device. **American Economic Review**, 74:433-444, 1984.

SOLOW, R. Insiders and Outsiders in Wage Determination. **Scandinavian Journal of Economics**, 87(2):411-428, 1985.

TAYLOR, J.B. Aggregate Dynamics and Staggered Contracts. **Journal of Political Economy**, 88:1-23, 1980.

WEISS, A. Job Queues and Layoffs in Labour Markets with Flexible Wages. **Journal of Political Economy**, 88:526-538, 1980.

WOODFORD, M. Revolution and Evolution in Twentieth-Century Macroeconomics. In: P. Gifford (ed.). **Frontiers of the Mind in the Twenty-First Century**, 2000

YELLEN, J.L. Efficiency Wage Models of Unemployment. **American Economic Review**, 74:200-205, 1984.